



UFSM

Monografia de Especialização

**A INCLUSÃO DO ALUNO COM SÍNDROME DE
DOWN: Análise do Cotidiano de uma Escola
da Zona Rural do Município
de Caçapava do Sul**

Andréa Amestoy Pereira

UFSM/CE/NAEES

Santa Maria, RS, Brasil

2005

**A INCLUSÃO DO ALUNO COM SÍNDROME DE
DOWN: Análise do Cotidiano de uma Escola
da Zona Rural do Município
de Caçapava do Sul**

por

Andréa Amestoy Pereira

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Psicopedagogia Institucional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação com Ênfase em Psicopedagogia Institucional**.

UFSM/CE/NAEES

Santa Maria, RS, Brasil

2005

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação em Educação com ênfase em Psicopedagogia
Institucional

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização em
Psicopedagogia Institucional**

**A INCLUSÃO DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN:
Análise do Cotidiano de uma Escola da Zona Rural
do Município de Caçapava do Sul
elaborada por
Andréa Amestoy Pereira**

como requisito parcial para obtenção do grau de
**Especialista em Educação com ênfase
em Psicopedagogia Institucional**

COMISSÃO EXAMINADORA

**Profª Drª Maria Alcione Munhóz
(Presidente/ Orientadora)**

Profª Drª Soraia Napoleão Freitas

Prof. Esp. José Luiz Padilha Damilano

Santa Maria, 20 de maio de 2005.

SUMÁRIO

EPÍGRAFE	vi
DEDICATÓRIA	vii
AGRADECIMENTOS	viii
RESUMO	ix
ABSTRACT	x
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	1
I A SÍNDROME DE DOWN	7
1.1 Uma Breve Contextualização Histórica	11
1.2 Causas e Características da Síndrome de Down	13
1.3 Procedimentos para Diagnóstico Pré-Natal da Síndrome de Down ..	16
II A EDUCAÇÃO DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN	20
2.1 Deficiência Mental e a pessoa com Síndrome de Down	20
2.2 Aprendizagem e o Desenvolvimento Escolar	21
III INCLUSÃO DE PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN	25
3.1 Aspectos Legais da Inclusão	25
3.2 A Inclusão Escolar e o Aluno com Síndrome de Down	29
IV CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	39
4.1 Contextualização do Método	49
4.2 Contextualização da Escola	49
4.3 Participantes do Estudo	40
4.4 Instrumentos Utilizados	41
4.5 Histórico do Caso	42
4.5.1 Escolarização / Processo de Inclusão	43
4.5.2 Histórico do Processo de Atendimento	43
4.5.3 Expectativa da Família	44
V SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE	46

5.1 Entrevista com a Professora Regente da menina.....	46
5.2 Entrevista com a Equipe Diretiva	49
5.3 Entrevista com os Funcionários	50
5.4 Entrevista com os Colegas da menina	51
5.5 Destaques da Observação realizada	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59
APÊNDICES	61

“De fato, não há em todo o universo duas coisas iguais.
Vem daí, que a regra da igualdade consiste em aquinhoar
desigualmente aos desiguais na medida em que desigualam.

Por isso, tratar com desigualdade as pessoas iguais
ou tratar pessoas desiguais com igualdade seria
uma desigualdade flagrante e não uma igualdade real
como se pensaria.”

(Rui Barbosa)

DEDICATÒRIA

Ao esposo e filho, que muito tiveram de minha ausência e compartilharam comigo a construção dessa trajetória.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, pela existência e por ter me dado a oportunidade e força de poder ampliar meus conhecimentos;

Aos meus amados pais e irmãos, pela presença, carinho e apoio constante;

À minha querida amiga Clarice pela amizade, companheirismo e incentivo em todos os momentos;

Aos meus amigos, pelo apoio, incentivo, companheirismo e dedicação em todas as horas;

Aos professores do Curso de Psicopedagogia Institucional, pelo tempo de convívio cultural e partilha de informações teóricas atualizadas que, com certeza, ilustrarão a prática de vivência profissional que se apresentar em qualquer situação educacional;

Em especial, à querida Orientadora Maria Alcione, pelo tempo e dedicação, apoio e incentivos constantes e, principalmente, por acreditar no meu potencial.

RESUMO

Monografia de Especialização
Programa de Pós-Graduação em Educação
com ênfase em Psicopedagogia Institucional
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

A INCLUSÃO DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN: Análise do Cotidiano de uma Escola da Zona Rural do Município de Caçapava do Sul

Autora: Andréa Amestoy Pereira

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Alcione Munhóz

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 20 de maio de 2005.

O objetivo deste estudo foi analisar a inclusão escolar de uma aluna com Síndrome de Down em uma escola da zona rural no município de Caçapava do SUL.

A pesquisa aborda aspectos históricos, anatômicos e educacionais, da Síndrome de Down, com o objetivo de ampliar o campo de estudo sobre esse tema.

Como a aprendizagem é um processo complexo, acerca do qual existem infinitas definições e conceitos, procurou-se manter uma linha de trabalho, fazendo uma discussão sobre a pessoa com Síndrome de Down e sua inclusão escolar. Visto que existe hoje a realidade do ingresso desses alunos nas classes comuns da escola regular, sendo a nova proposta educacional direcionada a inclusão de todos os alunos com igualdade de direitos dentro do sistema.

Palavras-chave: Síndrome de Down – Educação – Inclusão.

ABSTRACT

Monograph of Specialization

Program of Master Degree in Education

with emphasis in Institutional Psycopedagogy

Universidade Federal de Santa Maria, RS, BRAZIL.

A INCLUSÃO DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN:

Análise do Cotidiano de uma Escola da Zona Rural do Município de Caçapava do Sul

(THE STUDENT'S INCLUSION WITH SYNDROME OF DOWN:

Analysis of the Daily of a School of the Rural Zone
of the Municipal district of Caçapava do Sul)

Author: Andréa Amestoy Pereira

Adviser: Teacher Doctor Maria Alcione Munhóz

Date and Local of the Defense: Santa Maria, 20th, 2005.

The objective of this study was to analyze a student's school inclusion with Syndrome of Down in a school of the rural zone in the municipal district of Caçapava do Sul.

The research approaches historical, anatomical and educational aspects, of the Syndrome of Down, with the objective of enlarging the study matter on that theme.

As the learning is a complex process, the about of which infinite definitions and concepts exist, it tried to stay a work line, making a discussion on the person with Syndrome of Down and its school inclusion. Because it exists the reality of the those students' entrance today in the classes of the common the school regular, being the new addressed educational proposal the all the students' inclusion with equality of rights inside of the system.

Word-key: Syndrome of Down - Education - Inclusion.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No ano de 1997 ingressei no Curso de Educação Especial – Habilitação Deficientes Mentais e durante o Curso de Graduação adquiri conhecimento teórico acerca do cotidiano de pessoas com Síndrome de Down. Pouco conhecia a respeito do assunto, então, através de leituras e contato com alguns alunos, esse conhecimento tornou-se, na prática, a realidade do meu trabalho profissional. Isso me despertou o interesse em aprofundar aspectos relacionados a esses sujeitos, pois o que era apresentado pelas teorias, mostrava pessoas capazes, mas com limitações; porém, na realidade, quando bem estimuladas, suas capacidades cognitivas podem ir muito além do que se imagina.

A escolha do tema justifica-se por se tratar de um problema bem atual, que ainda, em algumas escolas de ensino regular, vem sendo tratado superficialmente e também, por estar relacionado à minha especialidade, pois trabalho em escola especial e neste caso observo que a prática da inclusão parece ser menos complicada.

Direcionei o tema para um Estudo de Caso, quando passei a observar um menino que estava incluído na Educação Infantil de uma escolinha particular, mas aconteceu um imprevisto – os pais deste menino foram transferidos para outro município, e foi aí que me deparei com um sério problema: no município não havia outra criança ou adolescente com Síndrome de Down que estivesse incluído em escola regular.

Comecei a me questionar sobre os motivos que levam os pais a optarem por matricular o (a) filho (a) numa escola especial. Nesta época, a escola especial onde trabalho havia recebido uma menina com Síndrome de Down, encaminhada pela escola comum da rede regular. O que me pareceu absurdo, uma vez que, no ambiente da escola especial essa menina mostrou-se calma e participativa. Senti-me então inquieta diante do fato da escola encaminhar, para o ensino especial, uma aluna em condições de estar incluída. Essas inquietações que iniciaram e, ao

longo do Curso de Pós-Graduação aumentaram quando no decorrer do estudo muito se falou em Inclusão, o que tornava o assunto ainda mais instigante, porque, como se sabe, a inclusão, na prática, ainda deixa muito a desejar.

Certamente este não é o primeiro nem será o último trabalho acerca do assunto, que tem sido tema de palestras, pesquisas e debates, fazendo com que um grande volume de material esteja à disposição de quem por ele possa se interessar. No entanto, o tema apesar da ampla literatura, ainda carece de estudos que revelem resultados práticos, sendo esta constatação, o que me motivou ainda mais. Como profissional, sei que é essencial diminuir o abismo existente entre a teoria e prática.

Na seqüência de meus estudos, por acaso, fiquei sabendo que em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental do interior do município de Caçapava do Sul/RS estava incluída uma menina com Síndrome de Down, na 1ª série. Interessei-me em conhecê-la e acompanhar o seu desempenho na escola, assim como saber quais as mudanças provocadas no cotidiano escolar, desde a sua chegada.

Para a execução do estudo prático busquei na teoria, explicações que foram ampliando meu conhecimento acerca das crianças com Síndrome de Down, suas habilidades, limitações e possibilidades. O conhecimento das possibilidades de um sujeito com Síndrome de Down é de extrema importância aos familiares e professores, que uma vez bem informados, poderão estimular adequadamente esses sujeitos, proporcionando-lhes um melhor desenvolvimento.

Munhóz (2003), em sua pesquisa, enfatiza a importância da estimulação para o desenvolvimento global desses sujeitos, assim como dá ênfase ao interesse e auxílio dos pais para um melhor desenvolvimento dessas pessoas na escola.

Pueschel (1993) e Schwartzman (2003) apresentam todos os aspectos da Síndrome de Down, trazendo-nos importantes contribuições

para o conhecimento real destes indivíduos e suas possibilidades de inclusão social e educacional.

Voivodic (2004) realizou um estudo, trazendo um projeto relacionado à prática da inclusão da Síndrome de Down, baseado no Projeto Roma de Málaga (Espanha), onde enfatiza as possibilidades, ganhos e dificuldades deste trabalho de inclusão.

Todos estes autores contribuíram imensamente para a fundamentação teórica e melhor compreensão do tema em estudo.

Como sempre trabalhei em uma Escola Especial e só conheço esta realidade, minha curiosidade e/ou interesse foi de conhecer melhor a realidade das crianças com Síndrome de Down em uma escola comum da rede regular; procurar saber se os professores e equipe diretiva estão preparados ou não para receber esses alunos, frente à nova proposta de inclusão.

A pessoa com Síndrome de Down, e não somente ela, mas todas as que apresentam alguma diferença que fuja ao padrão estético ou comportamental, sempre sofreram discriminação das mais variadas formas.

Conforme Voivodic (2004), torna-se necessário romper com o determinismo genético e levar em conta que as dificuldades da pessoa com Síndrome de Down não resultam apenas de fatores biológicos, mas têm um caráter interativo – dependem das características próprias da pessoa, do seu ambiente familiar e da proposta educativa oferecida a ela.

No que se refere ao comportamento e padrão de desenvolvimento que a criança com SD apresentará, é importante assinalar, desde agora, que não há um padrão estereotipado e previsível em todas as crianças afetadas, uma vez que tanto o comportamento quanto o desenvolvimento da inteligência não dependem exclusivamente da alteração cromossômica, mas também do restante do potencial genético bem como das importantíssimas influências derivadas do meio. (SCHWARTZMAN, 2003, p.58).

A educação é um fator fundamental na transformação de todos os indivíduos, pois ela ocorre em todos os ambientes e momentos, tanto em situações formais (na escola) quanto informais (em casa).

A escolarização tem como principal objetivo que seus alunos aprendam a aprender e que saibam como e onde buscar informações necessárias, onde para a criança com Deficiência Mental essa meta torna-se mais importante pelo fato de essas crianças serem incapazes de desenvolverem sozinhas, processos que lhes permitam regular sua aprendizagem. (MARTIN & MARCHESI APUD VOIVODIC, 2004, p. 58)

A escola não tem só a função de ensinar cadeiras acadêmicas, mas de estabelecer padrões de convivência social.

Durante a década de 60, viu-se surgir uma proliferação de escolas especiais, centros de habilitação, oficinas protegidas e associações para deficientes, pois se imaginava que essas pessoas não tiravam proveito das classes comuns das escolas regulares, convivendo com colegas da mesma idade, que estavam em níveis avançados e que os alunos com deficiência mental atrapalhariam e prejudicariam a aprendizagem da turma.

Durante quase um século, múltiplos tipos de tratamento para pessoas com Síndrome de Down foram relatados na literatura. Numerosas medicações, incluindo-se hormônios, vitaminas, células secas e muitas outras terapias foram empregadas na tentativa de melhorar os aspectos físicos e o desempenho mental de pessoas com Síndrome de Down (PUESCHEL, 1993, p. 99).

Os objetivos da escola especial passaram a ser os mesmos da escola regular: assegurar sua plena capacitação, preparando-os para uma vida independente em sociedade, mediante a aquisição de conhecimentos e habilidades. Porém, na escola especial, esses alunos conviviam somente com pessoas com atraso mental, constituía um

elemento essencial à homogeneidade dos alunos e isso assegurava, na medida do possível, a semelhança de nível intelectual, mesmo com diferenças de idade cronológica.

A escola especial trouxe grandes contribuições para a educação da criança com deficiência mental, ao mostrar que toda criança, mesmo com grave atraso, pode ser educada. No entanto, não conseguiu atingir o seu objetivo, que era criar adultos autônomos, capazes de se desenvolverem na vida e na sociedade.

A educação especial tem cumprido na sociedade moderna, duplo papel de complementaridade da educação regular, isto é, atende por um lado à democratização do ensino, na medida em que responde às necessidades de parcela da população que não consegue usufruir dos processos regulares de ensino; por outro, responde ao processo de segregação da criança “diferente”, legitimando a ação seletiva da escola regular (BUENO APUD VOIVODIC, 2004, p. 59).

A partir dos anos 90, vem predominando a tendência de que as pessoas com Síndrome de Down freqüentem classes comuns em escolas regulares.

A possibilidade de que sujeitos com deficiência mental ou sem deficiência mental possam aprender juntas está sendo a luta de vários teóricos como Mantoan (1997), Mazzotta (1998) e Carvalho (2000). Nos tempos atuais, esse posicionamento, justifica-se no fato de que este será um passo decisivo para eliminar atitudes segregacionistas e discriminatórias.

O estudo proposto teve como objetivo analisar a inclusão escolar de uma aluna com síndrome de Down em uma Escola da Zona Rural no Município de Caçapava do Sul. Desta forma, busquei desenvolver a pesquisa dentro de uma abordagem qualitativa, com características de estudo de caso que, segundo Ludke & André (1988), é uma abordagem

que nos propicia melhores condições para compreensão da dinâmica do cotidiano escolar.

Para efetivação da pesquisa fiz observação no contexto escolar e entrevistei a professora regente da turma, funcionários da escola, a equipe diretiva e os colegas da menina.

Para uma melhor sistematização do estudo proposto o trabalho foi organizado em capítulos, facilitando assim o entendimento de quem tiver acesso ao mesmo.

Capítulo I -Traz uma breve contextualização histórica, causas e características da Síndrome de Down, e alguns procedimentos para o diagnóstico pré-natal;

Capítulo II – Aborda a Educação do aluno com Síndrome de Down, sua relação com a Deficiência Mental, a aprendizagem e o desenvolvimento escolar dos mesmos;

Capítulo III - Está organizado com informações sobre a Inclusão de pessoas com Síndrome de Down - os aspectos legais e a inclusão;

Capítulo IV – Contém as considerações metodológicas acerca do estudo realizado, apresentando ainda, as características pessoais da aluna, observação e entrevistas feitas na escola;

Capítulo V – Diz respeito à interpretação dos dados coletados;

E, por fim, destaco as considerações finais da pesquisa.

I A SÍNDROME DE DOWN

A Síndrome de Down é uma condição genética determinada pela presença de um cromossomo a mais nas células do indivíduo com esta anomalia. Caracteriza-se por um atraso do desenvolvimento, tanto das funções motoras do corpo, quanto das funções mentais.

A Síndrome de Down é uma realidade, conforme Mustacchi & Rozone (1990), considerando que a cada ano nascem, no Brasil, cerca de oito mil (8.000) crianças com Síndrome de Down, o que leva especialistas a calcular que ocorra um caso a cada seiscentos (600) nascimentos.

O nascimento de um bebê com Síndrome de Down é facilmente identificado desde o início, colocando os pais diante de um fato irreversível, podendo provocar reações de choque, rejeição, tristeza, raiva, decepção, medo e desespero. Essas reações são comuns e acontecem na maioria das vezes, pois os pais, antes mesmo do bebê nascer, já idealizam e imaginam esta criança.

Quando nasce um bebê com alguma diferença (que fuja aos padrões) os pais vêm diante de si o fim de seus sonhos, de projetos e de um futuro idealizado e que represente a sua continuação.

O diagnóstico é muito importante para as famílias, que diferem nas suas reações. Algumas passam por um período de crise aguda, recuperando-se gradativamente; outras têm mais dificuldades em aceitar, e passam por um momento maior de luto.

Conforme Schwartzman (2003), este luto pelo qual os pais passam, envolve cinco fases, onde, na primeira fase existe a descrença, o choque, vem na imaginação todos conhecimentos elaborados ao longo dos anos sobre a deficiência, seus pré-conceitos e os questionamentos: "Por que eu"?

A segunda fase é a da negação, que num primeiro momento não é considerado ruim, pois pode levar os pais a tratarem a criança como uma criança sem deficiência, porém se esta fase se prolonga, os pais podem

dificultar a tomada de decisões práticas e comprometer o seu relacionamento com a verdadeira criança.

Na terceira fase, os pais dão-se conta de que perderam o seu bebê idealizado, e têm reações emocionais intensas, muito medo, insegurança, ansiedade e impotência diante da situação.

A quarta fase é aquela em que os pais começam a descobrir os seus filhos, onde a ansiedade e a insegurança diminuem, inicia-se um processo de reconhecimento e aceitação do filho e uma possibilidade de um estabelecimento de uma ligação afetiva.

Na quinta fase a família se reorganiza, aceitando a criança e incluindo-a. Quanto mais rápido se elaborarem estes sentimentos e aceitar a criança como ela é, mais recursos especializados se conseguirá, proporcionando-lhe um melhor desenvolvimento.

Quando uma criança nasce com uma deficiência, começa para ela e sua família uma longa história de dificuldades. Não é apenas a deficiência que torna difícil a sua existência, mas a atitude das pessoas e da sociedade diante de sua condição (PUESCHEL, 1997, p. 12).

A Síndrome de Down deixa marcas por dentro e por fora, as crianças apresentam características físicas semelhantes, que são facilmente identificadas, a deficiência mental é a característica mais marcante. Até o presente momento, não existe cura para a Síndrome de Down, apesar de existirem pesquisas nesse sentido. Esta Síndrome é uma anomalia das próprias células, e não existem drogas, vacinas, remédios, escolas ou técnicas milagrosas que a curem, conforme o desejo de muitos pais.

A estimulação da criança, desde os primeiros momentos de vida, é imprescindível para o seu melhor desenvolvimento, embora não vise a cura da criança, ela fornece oportunidades para o seu desenvolvimento potencial.

Como ser diferente numa sociedade altamente padronizada, que reconhece as diferenças entre as pessoas, mas tem para todas elas uma expectativa de desempenho que não admite limitações?

Como lidar com as atitudes sociais que adotam formas de classificação para distinguir e separar as pessoas, caracterizando-as entre duas posições opostas - fortes e fracos, competentes e incompetentes, rápidos e lentos ou capazes e incapazes?

O que se pode verificar nas teorias encontradas é que, embora à pessoa com Síndrome de Down apresente características determinadas pela sua alteração genética, o seu comportamento, desenvolvimento e a sua personalidade resultam da interação de sua carga genética com as influências do meio. “O ser humano é muito mais que sua carga biológica, é através de interações com o meio e da qualidade dessas interações que cada indivíduo se constrói ao longo de sua vida”. (Voivodic, 2004, p. 48)

A Síndrome de Down é essencialmente um atraso do desenvolvimento, tanto das funções motoras do corpo, como das funções mentais. Um bebê com Síndrome de Down é pouco ativo, molinho (hipotonia). A hipotonia diminui com o tempo, e a criança vai conquistando, embora mais tarde que as outras, as diversas etapas do desenvolvimento.

Popularmente, esta síndrome era conhecida como Mongolismo, expressão não mais usada nos dias atuais, que foi dada devido às pregas nos cantos dos olhos que lembram o aspecto das pessoas da raça mongólica (amarela).

A palavra **Síndrome** significa um conjunto de características que, de algum modo, prejudica o desenvolvimento da pessoa, e **Down** é o sobrenome do médico Inglês que no século passado descreveu esta Síndrome.

Qualquer casal pode ter um filho com Síndrome de Down, não importa sua cor, raça, religião ou condição social, no entanto a idade

materna é um dos fatores que apresenta riscos de gerar crianças trissômicas.

Conforme Schwartzman apud Voivodic (2004), alguns fatores podem alterar a incidência da Síndrome de Down, entre eles está o fator ambiental ou exógeno. Podem ser observadas algumas alterações fenotípicas no feto, por meio do exame de ultra-sonografia, porém elas não permitem um diagnóstico conclusivo, que é alcançado somente com o estudo cromossômico (cariograma).

Outros fatores observados pelo autor são os endógenos, onde o mais importante é a idade materna, onde mulheres mais velhas apresentam maiores riscos de terem filhos trissômicos, possivelmente devido ao fato do envelhecimento dos óvulos.

A Síndrome de Down é uma condição genética caracterizada pela presença de um cromossomo a mais nas células, e acarreta um variável grau de retardo no desenvolvimento motor, físico, mental. Esse cromossomo extra se acrescenta ao par do número 21, daí o termo também utilizado para sua denominação, entre todos o mais correto, de trissomia do 21.

Devido à Deficiência Mental na Síndrome de Down, a educação dessas crianças é um processo complexo, que requer adaptações e, muitas vezes, o uso de recursos especiais, demandando um cuidadoso acompanhamento por parte dos educadores e dos pais. Fatores inerentes à Síndrome de Down afetam diretamente a aprendizagem.

Conforme Melero apud Voivodic (2004) para favorecer a educação da criança com Síndrome de Down, é importante o trabalho com os processos cognitivos: percepção, atenção, memória e organização de itinerários mentais.

Conforme Fierro apud Voivodic (2004), enfatizou que a educação integrada das crianças com Deficiência Mental não oferece dificuldades insuperáveis nos primeiros anos da educação básica, embora apareçam problemas em relação à aquisição da leitura/escrita e também dos

conceitos matemáticos. Porém, destacou que os problemas realmente sérios surgem no Ensino Médio, onde o pensamento formal abstrato é necessário.

1.1 Uma breve contextualização histórica

Conforme Pueschel (1993), provavelmente a Síndrome de Down, ocorre desde tempos mais remotos.

O registro antropológico mais antigo da Síndrome de Down deriva das escavações de um crânio Saxônio, datado do século VII, apresentando modificações estruturais vistas com freqüência em crianças com Síndrome de Down (PUESCHEL, 1993, p. 45).

Segundo Schwartzman (2003), de 1500 a.C. até 300 d.C., no golfo do México hoje, foram encontradas esculturas e desenhos de crianças e adultos com características semelhantes a pessoas com Síndrome de Down. Nesta região, vivia a tribo dos Olmecas Segundo dados históricos, este povo acreditava que os indivíduos com Síndrome de Down resultavam do cruzamento das mulheres mais idosas com o Jaguar (objeto de culto religioso), assim, essas crianças, ao nascerem eram consideradas como deus-humano e, aparentemente, cultuadas como tal.

Nas sociedades Européias mais antigas, pessoas com deficiência eram abandonadas para morrer. Na cultura Grega, os indivíduos com deficiência não eram considerados humanos; já na Idade Média, pensava-se que pessoas com deficiência nasciam a partir da união de mulheres com o demônio.

De acordo com Schwartzman (2003), no século XVI, Lutero propôs que a criança com deficiência fosse queimada junto à mãe, mas neste mesmo período, por influência do pensamento de Santo Agostinho muitas crianças deficientes foram cuidadas em monastérios.

Na Renascença, período dominado pelas artes, os pintores retratavam o grotesco, o incomum, pinturas de deformidades físicas são encontradas. “Nas pinturas de Brueghel (1525-1569) são freqüentes os aleijados e deformados” (SCHWARTZMAN, 2003, p. 4).

De acordo com Schwartzman (2003), quando Langdon Down escreveu seu trabalho, em 1866, assumiu que o quadro já era conhecido (referências à Síndrome de Down são encontradas em um dicionário médico publicado por Esquirol, em 1838). Em 1844, Chambers referiu-se à idiotia do tipo mongolóide. Em 1846 e 1866, Edoward Seguin escreveu sobre a Síndrome de Down como um subtipo de cretinismo.

Langdon Down acreditava que havia raças superiores a outras (conceito evolucionista da época), e que certas condições que se acompanhavam por deficiência mental apresentavam sinais físicos característicos das raças das quais achava inferiores, como a oriental. Os filhos de europeus, por apresentarem características diferentes de seus familiares, e por estas características assemelharem-se aos habitantes da Mongólia, foram denominados mongolóides. Essa expressão prevaleceu ainda que os orientais tenham mostrado não ser adequada, sendo que há diferenças entre a Síndrome de Down e as pessoas da raça Mongólica. Foi solicitada uma delegação da Mongólia, que compareceu a uma reunião da Organização Mundial da Saúde (OMS), que o termo não é hoje mais usado por ser considerado “arcaico e pejorativo” (SCHWARTZMAN, 2003, p. 15).

Foi em 1959 que cientistas franceses mostraram que as pessoas com Síndrome de Down apresentavam alterações na divisão dos cromossomos.

1.2 Causas e Características da Síndrome de Down

Conforme Schwartzman apud Voivodic (2004), a Síndrome de Down foi a primeira Síndrome associada a uma anormalidade cromossômica, sendo a principal causa da Deficiência Mental.

Todo ser humano tem seu corpo formado por pequenas unidades chamadas células, que só podem ser vistas ao microscópio. Dentro de cada célula estão os cromossomos, que são os responsáveis por todo o funcionamento da pessoa (determinam a cor dos olhos, altura, sexo e também o funcionamento e forma de cada órgão interno, como coração, estômago e o cérebro). Cada uma de nossas células possui 46 cromossomos que são iguais dois a dois, existem 23 pares ou duplas de cromossomos dentro de cada célula, um desses pares de cromossomos, chamado de par 21, é que está alterado na Síndrome de Down. A pessoa com Síndrome de Down possui um cromossomo a mais, ou seja, ela tem três cromossomos 21 em todas as suas células, ao invés de ter dois. É por isso também chamada de trissomia do 21.

A Síndrome de Down pode ser causada por três tipos de comprometimento cromossômico. As pessoas com Síndrome de Down apresentam três cromossomos 21 em suas células. A maioria das pessoas com Síndrome de Down (96%) apresentam os cromossomos 21 separados uns dos outros e assim encontramos 47 cromossomos em suas células, o que se denomina trissomia simples.

Cerca de 2% dos indivíduos com trissomia simples possuem células com 46 cromossomos, que são normais e células com 47 cromossomos, neste caso, ocorre o mosaïcismo.

Outras vezes, entretanto, um dos cromossomos 21 une-se a um outro cromossomo, e a célula apresenta 46 cromossomos, embora um deles seja formado pela união de dois. Quando aparecem cromossomos unidos um ao outro, ocorre translocação. As pessoas com trissomia simples e translocação não apresentam sinais clínicos diferentes.

De acordo com Brunoni apud Voivodic (2004), este autor explica a Síndrome de Down como um desequilíbrio, uma cromossomopatia na constituição cromossômica, sendo, neste caso, a presença de um cromossomo a mais no par 21, fazendo com que o número de cromossomos da pessoa seja 47 e não 46.

As pessoas com Síndrome de Down apresentam características físicas semelhantes (fenótipo), que podem ser notadas em sua aparência, desde o nascimento, porém o mesmo não ocorre com relação ao seu comportamento e ao seu padrão de desenvolvimento.

Não existe um padrão estereotipado e previsível em todas as pessoas com Síndrome de Down, sendo que, tanto o comportamento quanto o desenvolvimento da inteligência não dependem exclusivamente da alteração cromossômica, mas também do restante do potencial genético e das influências do seu meio.

No que se refere ao comportamento e padrão de desenvolvimento que a criança com Síndrome de Down apresentará, é importante assinalar, desde agora, que não há um padrão estereotipado e previsível em todas as crianças afetadas, uma vez que tanto o comportamento quanto o desenvolvimento da inteligência não dependem exclusivamente da alteração cromossômica, mas também do restante do potencial genético bem como das importantíssimas influências derivadas do meio (SCHWARTZMAN, 2003, p. 58).

Os indivíduos com Síndrome de Down também apresentam muitas características em comum e se parecem um pouco entre si na aparência física. Pelo fato de o cromossomo 21 extra se encontrar nas células de todas as crianças com Síndrome de Down, ele exerce uma influência na formação do corpo dessas pessoas.

Conforme Pueschel (1993, p. 79), algumas características físicas apresentadas pela pessoa com Síndrome de Down são:

- A cabeça é um pouco menor, quando comparada às dos indivíduos sem Síndrome de Down, a parte posterior é levemente achatada (braquicefalia), apresentam as moleiras maiores e demoram mais para fechar;
- O rosto apresenta um contorno achatado, deve-se aos ossos da face poucos desenvolvidos e ao nariz pequeno;
- Os olhos são geralmente normais, quanto ao seu formato, porém as pálpebras são estreitas e levemente oblíquas, a dobra palpebral pode ser vista em muitos bebês nos cantos internos dos olhos;
- As orelhas são pequenas, tendo, às vezes, as dobras superiores dobradas, sendo os canais dos ouvidos estreitos;
- A boca é pequena, algumas mantêm a boca aberta e a língua pode projetar-se para fora;
- O pescoço pode ser largo e grosso;
- Cerca de 40% das pessoas com Síndrome de Down têm defeitos no coração;
- As mãos e pés tendem a ser pequenos e grossos, e o quinto dedo da mão é, muitas vezes, levemente curvado para dentro, aparece em cerca de 50% das pessoas com Síndrome de Down uma única dobra atravessando a palma das duas ou uma mão. Os dedos dos pés são geralmente curtos, existindo na maioria das crianças um espaço grande entre o “dedão” e o segundo dedo, com uma dobra entre eles na sola dos pés;
- Pode ocorrer, durante o inverno, ressecamento da pele e rachadura das mãos e pés com mais facilidade do que as outras pessoas sem Síndrome de Down.

Nem todas as pessoas apresentam todas essas características, algumas podem ser mais acentuadas, outras menos. Elas não são motivo para impedir que a criança se desenvolva conforme o seu ritmo.

É de fundamental importância que o médico não enfatize as características físicas da criança, e sim apresente o bebê com Síndrome de Down como um ser humano que necessita de cuidados e carinho (PUESCHEL, 2003, p. 83).

1.3 Procedimentos para Diagnóstico Pré-Natal da Síndrome de Down

Segundo Pueschel (1993), alguns exames utilizados no diagnóstico pré-natal acarretam riscos associados, tanto para a mãe quanto para o feto. Os médicos costumam indicá-los para casos que se encontram no grupo de risco, que é a idade materna superior a 35 anos, onde a incidência de anormalidades cromossômicas é maior e a idade paterna de 45 a 50 anos ou mais, sendo muito menor do que o efeito da idade materna.

O nascimento de uma criança com Síndrome de Down, ou outra anormalidade cromossômica, anterior, onde o risco de novos nascimentos é maior, muitos estudos mostram que o risco de recorrência é de 1% para novas gestações.

A translocação cromossômica balanceada em um dos pais (se um cromossomo 21 está ligado a um cromossomo 14, existe o risco de 50% de que o pai ou a mãe possa vir a transmitir esse cromossomo 14/21 para o feto).

Pais com desordens cromossômicas, onde a grande maioria não é capaz de se reproduzir, porém se um dos pais apresentar uma porcentagem baixa de mosaicismos para a Síndrome de Down, o homem ou a mulher apresenta um risco maior de gerar um filho com Síndrome de Down.

Se uma pessoa com Síndrome de Down conseguir se reproduzir, existirá um risco de 50% de gerar um filho com Síndrome de Down. Conforme Pueschel (1993), existem algumas técnicas disponíveis (exames) para um diagnóstico pré-natal que são:

➤ **Amniocentese**

É um exame realizado, geralmente a partir da décima quarta (14) semana até a décima sexta (16), onde uma agulha é inserida na cavidade amniótica, sob orientação da ultra-sonografia, onde se aspira amostras do líquido amniótico.

Este líquido é então centrifugado, e as células fetais obtidas se reproduzirão numa cultura, sendo utilizadas posteriormente para a análise cromossômica. Normalmente, leva de 2 a 4 semanas para que um número suficiente de células cresça para análise, e os resultados são obtidos imediatamente a seguir (PUESCHEL, 1993, p. 69).

Estudos recentes indicam que geralmente este procedimento é seguro, porém, durante os anos 70, vários estudos indicaram riscos como aborto, dano ao feto ou infecção materna.

➤ **Amostra de Vilocorial**

Obtém-se uma amostra de tecido placentário, geralmente entre a oitava e décima primeira semana de gravidez. Obtêm-se resultados mais rápidos que a amniocentese e mais cedo. Estudos dizem que o risco é um pouco maior que o da amniocentese.

➤ **Ultra-sonografia**

É possível identificar certas malformações fetais, como os defeitos cardíacos, durante a metade final da gravidez. Também se pode suspeitar de fetos com Síndrome de Down, medindo a grossura da pele na região do pescoço e o comprimento dos ossos das pernas. No ultra-som enviam-se ondas sonoras para dentro do útero, onde são registradas na tela de um monitor.

➤ **Triagem de Alfafetoproteína Materna**

Tem-se observado que níveis baixos de alfafetoproteínas estão associados a desordens cromossômicas, especialmente a trissomia do 21 no feto.

Estudos recentes mostram que é possível identificar aproximadamente de 60 a 80% dos fetos com Síndrome de Down no período pré-natal, utilizando-se os níveis de alfafetoproteínas, a idade materna e níveis de hormônios femininos específicos (PUESCHEL, 1993, p. 72).

Após suspeitas no diagnóstico ou confirmação, vem a dúvida. O que fazer continuar a gravidez levando em conta as dificuldades que este bebê terá ou abortar (sendo que, no Brasil, o aborto neste caso é ilegal) tirando o direito deste bebê nascer e se desenvolver conforme o seu ritmo?

No Brasil as técnicas de diagnóstico pré-natal vêm sendo utilizadas em casos de gravidez de risco, porém havendo diagnóstico positivo, ou seja, confirmação da anomalia genética ou cromossômica, as leis brasileiras não permitem interrupção da gravidez, o aborto neste caso, é ilegal (PUESCHEL, 1993, p. 72).

O diagnóstico precoce gera dúvidas e tem estes dois lados, porém após sua confirmação ele pode auxiliar estas famílias a irem se preparando para receber este filho, pensar em como recebê-lo, estimular desde os primeiros momentos, buscar informações verdadeiras e apropriadas, ter uma melhor compreensão do caso, assim como se a criança nasce com outras complicações pode preveni-la.

É claro que o diagnóstico pré-natal tem muitos usos potencialmente benéficos, principalmente nos casos em que a terapia do feto afetado está disponível, ou para aconselhar os pais quanto ao risco de reprodução futura. Estes usos justificáveis, porém não devem ser ofuscados pela prática de permitir que as técnicas de diagnóstico pré-natal tornem-se

rigorosamente um exercício de aborto seletivo (PUESCHEL, 1993, p. 72).

Segundo Pueschel (1993), supor que uma criança com Síndrome de Down apresentará um retardo significativo no seu desenvolvimento, não justifica um aborto.

II A EDUCAÇÃO DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN

2.1 Deficiência Mental e a pessoa com Síndrome de Down

A Deficiência Mental tem sido considerada uma das características mais constantes da Síndrome de Down, com um atraso em todas as áreas do desenvolvimento.

Conforme Mustacchi apud Voivodic (2004), o comprometimento intelectual é a consequência mais deletéria da Síndrome.

A deficiência mental é definida pela Associação Americana de Desenvolvimento Mental (AADM) como: “Condição na qual o cérebro está impedido de atingir seu pleno desenvolvimento, prejudicando a aprendizagem e a integração social do indivíduo” (VOIVODIC,2004,p.43) Schwartzman (2003), coloca que na maioria dos estudos publicados, as crianças com Síndrome de Down obtêm em testes formais de inteligência, pontuações no QI que variam de 20 a 85, enfatizando que a forma de medida da inteligência dessas crianças é grosseira e incompleta, pois estes testes que se utilizam para medir o QI são versões de testes que foram desenvolvidos há 50 anos, que não são normatizados para o uso com crianças com retardos e deficiência.

O QI dessas pessoas, como salienta Voivodic (2004), vem demonstrando aumentos significativos nas últimas décadas, o que confirma que a inteligência não é determinada exclusivamente por fatores biológicos, mas também influenciada por fatores ambientais.

As crianças com Síndrome de Down apresentam, desde o nascimento, reações mais lentas do que as sem Síndrome de Down, dificultando desta forma sua relação com o meio e com os objetos, pois elas tendem a manipular e explorar menos, devido à sua menor habilidade motora.

É de extrema importância, desde os primeiros anos de vida da criança com Síndrome de Down, a estimulação que leve em conta seus diferentes modos e ritmos de aprendizagem.

Morss apud Voivodic (2004), coloca que o desenvolvimento cognitivo se processa de forma diferente nessas crianças, é mais lento, e a aquisição de habilidades tardiamente irá comprometer as outras que dependem dela, interferindo no seu desenvolvimento.

Inhelder apud Voivodic (2004), em seus estudos, afirmou que a estrutura e a forma de raciocínio das pessoas com deficiência mental são similares as das outras pessoas sem deficiência mental, porém mais jovens.

As crianças com deficiência mental seguem o processo evolutivo das crianças “normais” sem, entretanto, jamais chegar a um equilíbrio definitivo, ou seja, o raciocínio da criança deficiente mental é móvel e em via de progressão (INHELDER APUD VOIVODIC, 2004, p. 47).

O que se pode verificar é que, embora as condições genéticas determinem características semelhantes à Síndrome de Down, o seu desenvolvimento, comportamento e a sua personalidade vão resultar da interação de sua carga genética com as importantes influências do meio.

2.2 Aprendizagem e o Desenvolvimento Escolar

Entende-se como aprendizagem, conforme Danieslsky (2001), o processo pelo qual o organismo adquire a capacidade de responder mais adequadamente a uma dada situação, conseqüentemente, à experiência adquirida ao responder a situação. O aprendizado é a capacidade de executar novas tarefas, capacidade que se adquire com a experiência e leva a uma modificação momentânea e estável da conduta.

As crianças com Síndrome de Down apresentam um atraso global no seu desenvolvimento desde que nascem, e este atraso interfere na exploração do ambiente, desta forma, este atraso interfere no desenvolvimento de outros aspectos, pois a criança constrói o seu conhecimento do mundo através da exploração do ambiente.

Desta forma, torna-se fundamental a estimulação desta criança desde o momento de seu nascimento, é neste período que o bebê deve receber continuamente estímulos motores-ambientais que lhe provoquem adaptação e aprendizagem.

A organização neurológica básica é à base da estruturação humana, mental e psicológica, ou seja, de toda a personalidade da criança. A capacidade de o organismo de absorver, integrar, organizar, armazenar cada informação, o que é fundamental ao aprendizado, está em proporção direta com o grau de desenvolvimento do Sistema Nervoso (DANIELSCKI, 2001, p. 44).

Conforme Inhelder apud Mantoan (1997), as pessoas com deficiência mental se distinguem das pessoas sem deficiência mental pela velocidade do ritmo de construção das estruturas do conhecimento e pelo nível final das operações, o que se constata a partir de pesquisadores piagetianos, que se dedicam ao estudo da construção das estruturas do conhecimento nos deficientes mentais é que eles conseguem evoluir, manter estáveis suas aquisições intelectuais, assim como generalizá-las para uma gama considerável de atividades.

Pueschel (1993), nos traz muitas contribuições a respeito da pessoa com Síndrome de Down e seu desenvolvimento. Este autor acredita que estas pessoas podem estudar juntas com as pessoas sem Síndrome de Down, se beneficiando da escola, desde que esta se organize e seja adequada com um currículo adaptado, a atender as necessidades específicas destas crianças.

Pueschel (1993), nos traz uma proposta curricular que deve ser trabalhada com estes sujeitos, na pré-escola e nas séries iniciais do ensino fundamental. Coloca que os principais instrumentos que se pode oferecer para os mesmos são os da comunicação e sociabilidade, habilidades de auto-ajuda, habilidades motoras / recreação, conteúdo acadêmico/funcional. Este conteúdo pode ser trabalhado com todas as crianças, o que irá diferir será a forma de dar o conteúdo e as exigências.

Este mesmo autor enfatiza e prioriza que, na pré-escola e nos primeiros anos do ensino fundamental, se priorize as instruções na área da comunicação, sendo ensinadas no mínimo uma hora por dia, já que as crianças com Síndrome de Down têm um atraso global no desenvolvimento, que se manifesta também na aquisição da linguagem. O atraso na aquisição da fala e linguagem constitui um dos maiores problemas encontrados pelos pais de pessoas com Síndrome de Down, já que a linguagem oral é a forma de comunicação usada pela maioria das pessoas e isso dificulta a sua socialização na escola, em casa e na comunidade.

Entre as habilidades de auto-ajuda incluem-se o vestir-se, alimentar-se, controle dos esfíncteres e higiene pessoal, que facilitarão a sua vida e lhes darão oportunidades de serem independentes. Suas habilidades motoras são importantes, como caminhar sozinho e correr, pois lhes possibilitarão brincar no recreio com as outras crianças e participar de jogos esportivos. Adquirindo estas habilidades básicas torna-se mais fácil a sua inclusão na escola, pois não dependerá da ajuda de outras pessoas.

Para Pueschel (1993) a habilidade acadêmica mais importante é a leitura, onde muitas pesquisas mostram que estas crianças conseguem aprender a ler. Ele enfatiza que se o aluno não consegue se beneficiar da leitura formal, este deve ter oportunidade de ir para um programa de leitura funcional, no qual se trabalham habilidades de leitura que podem ser utilizadas para propósitos funcionais, como a leitura e o uso da lista

telefônica, leitura de cardápio em restaurantes, leitura de um livro de receitas simples, etc.

Schwartzman (2003), também salienta que a aprendizagem da leitura e escrita dos alunos com Síndrome de Down, devem partir do interesse do aluno, sendo favorecidas atividades relacionadas com a leitura (ler, escrever, copiar, corrigir), devem ser propostos conteúdos ajustados à competência e ao contexto lingüístico do aluno, facilitar o contato com diversos materiais escritos. A leitura sistemática ajuda a criar nestes alunos, vocabulário, ensina conceitos gerais e possibilita aprendizagens variadas.

Para Pueschel (1993), a maior dificuldade encontrada por estes alunos refere-se ao conhecimento matemático, este recomenda que se ensine habilidades básicas de adição e subtração, os alunos que não conseguem aprender, devem ser ensinados a usar a calculadora e, desta forma, poder trabalhar e se beneficiar dos conhecimentos estudados pelos seus colegas sem deficiência mental.

A educação deve desenvolver as habilidades que o aluno necessita para se tornar o mais independente possível, o papel dos pais neste processo é de fundamental importância, assegurando um ensino de qualidade, os pais devem insistir em um currículo apropriado e acompanhar o progresso de seus filhos no contexto escolar.

III INCLUSÃO DE PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN

3.1 Aspectos Legais da Inclusão

Falar em educação de pessoas com Síndrome de Down não é um modismo dos tempos atuais, há muito tempo se pensa na melhor forma de educação para estes alunos.

Os primeiros textos sobre Legislação Educacional Brasileira foram elaborados a partir do Governo Imperial. Desde aquele período histórico, os arquivos registram modalidades de atendimento escolar especial aos portadores de deficiência no Brasil (NUNES SOBRINHO, 2003, p. 22).

Na Legislação Brasileira, a Educação Especial aparece pela primeira vez na LDB 4.024/61, que aponta no artigo 88 o Direito dos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais quanto à educação, que este deverá ocorrer, dentro do possível, no sistema geral de educação.

Nunes Sobrinho (2003), coloca que somente a partir da década de 90, o MEC começou a buscar alternativas que viabilizassem a inclusão educacional de pessoas com deficiência, de condutas típicas e altas habilidades na rede comum do sistema regular de ensino.

A Educação Especial, como modalidade da educação escolar, organiza-se de modo a considerar uma aproximação sucessiva dos pressupostos e da prática pedagógica social da educação inclusiva, a fim de cumprir os seguintes dispositivos legais e político-filosóficos, de acordo com Mazzotta apud Voivodic (2004):

- a partir da Constituição Federal de 1988, da Lei 7853/89, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiências, sua integração social, assegurando o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais;

- da Conferência sobre Necessidades Básicas de Aprendizagem aprovada em Jontiem, na Tailândia (1990);
- da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade ,realizada em Salamanca, Espanha, em 1994; e
- da Lei 10.172/01 que aprova o Plano Nacional de Educação, tem sido registrado intenções e determinações sobre a importância e a necessidade de uma escola inclusiva, que atenda a todos.

Mazzotta apud Voivodic (2004), ainda ressalta a Política Nacional de Educação Especial - MEC, 1993, e a Lei 9394/96 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional –LDBEN.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, Capítulo III, coloca que o atendimento especializado aos Portadores de Deficiência deve ser de preferência na rede regular de ensino e coloca mais, que o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público e subjetivo. Traz no capítulo V: “Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística segundo a capacidade de cada um”.

O artigo 227, Capítulo II, inciso 2º, enfatiza que: “A lei disporá normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso pública e de fabricação de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência” .

A Lei 10.172/01, que aprova o Plano Nacional de Educação e da outras providências, onde o Plano Nacional de Educação estabelece vinte e sete (27) metas para a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais, entre outras decisões, tratam do atendimento extraordinário em classes e escolas especiais ao atendimento preferencial na rede regular de ensino, e da educação continuada dos professores que estão em exercício à formação em instituições de ensino superior.

Existe um amparo na Lei 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu Capítulo V, do artigo 58 ao 60, trata da Educação Especial, assegurando que a educação deve ser para todos, inclusive crianças com necessidades educacionais especiais.

Art. 58 - Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos que apresentem necessidades especiais.

Parágrafo1º: Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na rede regular para atender às peculiaridades da clientela da Educação Especial.

Parágrafo2º: O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas do aluno não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

O seu **Art. 59** traz que os sistemas de ensino assegurarão, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organizações específicas, assim como professores com especialização adequada em nível médio ou superior, e professores do ensino regular capacitados para a inclusão desses educandos nas classes comuns.

Na Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e Declaração de Salamanca (1994), o Brasil fez opção pela construção de um sistema educacional Inclusivo. Foram apresentadas estatísticas que evidenciavam discriminação e marginalização em nível mundial, de milhões de crianças e adolescentes que não tinham oportunidades de freqüentar a escola.

Segundo estimativas das Nações Unidas, de 600 milhões de pessoas com deficiência no mundo, 150

milhões são menores de 15 anos. Menos de 2% dessas crianças recebem algum tipo ou modalidade de educação (SCHWARTZMAN, 2003, p. 250).

Diante deste contexto, e tentando mudar esta realidade mundial, foram aprovados os objetivos da Educação para Todos antes do ano 2000. Os problemas das Necessidades Educacionais Especiais ganharam destaque, a partir da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade, realizada em Salamanca, na Espanha, no ano de 1994.

Esta conferência teve como objetivo principal “garantir a todas as crianças, particularmente àquelas com necessidades especiais, acesso às oportunidades da educação e promover educação de qualidade” (SCHWARTZMAN, 2003, p. 251).

Fica evidenciado que as leis existem para amparar a todas as pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, neste grupo incluem-se as pessoas com Síndrome de Down, porém o que se vê na prática é que essas intenções e prerrogativas não são acompanhadas de ações efetivas, apesar das garantias legais.

Constatamos, pelos dados do Censo Escolar de 2002, divulgado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP), que a maior parte dos alunos com alguma deficiência - 400.000 alunos - ainda estão em salas especiais, e apenas 110.000 freqüentam escolas regulares (VOIVODIC, 2004, p.16).

A Educação Inclusiva não pode continuar a ser vista como uma utopia e ficar apenas no papel, dependendo de regulamentação legal, mas encarada como uma realidade possível e desejável em nossa sociedade, onde o que se pretende é que haja uma educação de qualidade para todos os alunos com ou sem deficiência.

Todas as pessoas devem ser respeitadas, não importa o sexo, a idade, as origens étnicas, a opção sexual ou as deficiências.

A limitação da pessoa não diminui seus direitos: são cidadãos e fazem parte da sociedade como qualquer outra pessoa, este é o momento da sociedade se preparar para lidar com a diversidade humana.

A sociedade inclusiva tem como objetivo principal oferecer oportunidades iguais para que cada pessoa seja autônoma e auto-determinada.

Acredito que para existir inclusão, é necessário uma mudança no modo de pensar e na forma de ver o outro e se relacionar, só assim essa mudança reverterá em uma mudança no sistema educacional vigente.

3.2 A Inclusão Escolar e o Aluno com Síndrome de Down

Conforme o Parecer nº 17/2001 – Colegiado, CEB – aprovado em 03/07/2001, p. 4 e 5, o Brasil fez opção pela construção de um Sistema Educacional Inclusivo ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos, firmada em Jomtien, na Tailândia, em 1990 e ao mostrar consonância com os postulados produzidos em Salamanca (Espanha, 1994) na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais Acesso e Qualidade e mais recentemente a Convenção de Guatemala, promulgada no Brasil pelo decreto 3.956, de 8 de outubro de 2001.

Todas as pessoas, independente de raça, cor ou dificuldades têm o direito Constitucional de entrar no Sistema comum da rede Regular de Ensino, em turmas condizentes com as de sua idade.

A Lei Federal nº 7.853/89, em seu artigo 8º constitui como crime punível com reclusão (prisão) de 1 a 4 anos e multa se “ Recusar, suspender, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, porque é portador de deficiência”.

Porém, o que ainda se vê são números muito pequenos de crianças com Necessidades Educacionais Especiais incluídas na classe regular.

Desta forma, vale novamente ressaltar que o amparo legal existe, porém ainda faltam ações efetivas e estruturação para que esta lei seja cumprida e se efetive.

Conforme Schwartzman (2003), o princípio que rege a inclusão é o de que todos devem aprender juntos, sempre que possível, levando em consideração suas dificuldades e diferenças em classes heterogêneas e com alunos da mesma faixa etária, proporcionando educação de qualidade para todos e respeitando seus ritmos de aprendizagem.

A escola inclusiva educa todos os alunos na rede regular de ensino, proporciona programas educacionais apropriados às suas reais necessidades e capacidades e prevê apoio e assistência de que possam necessitar para o sucesso da integração. É o espaço ao qual todos pertencem, são aceitos, apoiados pelos colegas normais e pelos membros da comunidade escolar (SCHWARTZMAN, 2003, p. 257).

A inclusão não é um sistema que pode ser implantado aleatoriamente, pois ele envolve toda a estrutura escolar, mudanças e planejamentos. Requer uma estruturação do sistema de ensino, como o objetivo de fazer com que a escola se torne aberta às diferenças e consiga atender a todos os alunos, sem distinção.

A educação escolar é de fundamental importância à formação de todas as pessoas, já que traz como um de seus principais objetivos que os alunos aprendam a aprender, e que saibam como e onde buscar estas informações, tornando-se cidadãos autônomos.

Desta forma, ela se torna de maior importância para as crianças com Deficiência Mental, conseqüentemente as com Síndrome de Down, já que estas pessoas são incapazes de desenvolver, sozinhas, processos que lhes permitam construir a sua aprendizagem.

Conforme Voivodic (2004), o primeiro passo para a Inclusão Social passa pela escola, onde esta tem também a função de estabelecer

padrões de convivência social e não somente a transmissão de conhecimentos acadêmicos.

Durante muito tempo acreditou-se que o correto era que todos os atendimentos à pessoa com Deficiência Mental fossem realizados em um único local especializado, onde seriam supridas todas as suas necessidades e não causassem desgaste nenhum a esta pessoa “doente”. Desta forma, estas estariam mais bem assistidas e não procurariam utilizar os serviços usados pela sociedade, já que esta não os aceitava.

Porém, nas últimas décadas, pesquisas evidenciaram e vêm evidenciando que estas classes especializadas não propiciam melhores condições educacionais às pessoas com Síndrome de Down.

Estudos realizados por Guskin & Spicker em 1968 apud Fierro (1995), no auge das escolas especiais, comparando o desenvolvimento das crianças com Deficiência Mental em classes normais e em classes especiais, não demonstraram superioridade de sucessos educacionais nos programas especiais, não justificando a existência delas (VOIVODIC, 2004, p. 60).

Nos últimos anos, algumas pesquisas têm sido feitas para avaliar os ganhos e dificuldades da Inclusão das pessoas com Síndrome de Down na escola regular, entre elas podemos ressaltar os estudos de Melero apud Voivodic (2004) que desenvolveu um projeto com crianças com Síndrome de Down, no ano de 1991, onde enfatizou a importância das diferenças entre as crianças e sua interação na mesma classe, para que as crianças com Síndrome de Down tenham ganhos cognitivos. Levou-o a concluir que os trabalhos solidários e cooperativos em classes regulares possibilitaram uma melhora na relação mútua e no rendimento escolar de todos os alunos.

Da mesma forma, Lima apud Voivodic (2004), acompanhou um grupo de quatro alunos com Síndrome de Down matriculados na escola

regular, onde enfatizou a importância das adaptações curriculares e da orientação ao professor para o êxito do processo de Inclusão.

Munhóz (2003), ao pesquisar “a contribuição da família para as possibilidades de inclusão das crianças com Síndrome de Down”, enfatiza a importância da família, da aceitação e da estimulação, desde os primeiros meses de vida. Desta forma são de extrema importância no processo de inclusão dessas crianças, pois às crianças que são bem aceitas e mais independentes apresentam condições mínimas para se desenvolver junto às demais crianças.

As pessoas com Síndrome de Down têm hoje, a possibilidade de contribuírem com seus talentos, e a inclusão escolar é uma possibilidade de convívio destas crianças em ambientes das instituições regulares de ensino, onde não permanecerão mais isoladas, mas sim interagindo com outras crianças em um mesmo grupo (MUNHÓZ, 2003, p. 108).

Mantoan (1997), a partir de pesquisa realizada através do PROEDEM (Programa de Educação do Deficiente Mental), em 1984, coloca que as trocas deficitárias entre os sujeitos e o meio, desde os primeiros anos de vida, é que retardam e mesmo impossibilitam os Deficientes Mentais de atingirem as formas mais complexas de pensamento.

Esta autora afirma também que a inserção escolar dessas crianças na escola regular poderá contribuir significativamente para o desenvolvimento intelectual e para sua atuação no meio social.

Voivodic (2004), ao concluir sua pesquisa sobre a inclusão de crianças com Síndrome de Down nas classes comuns, com a mediação do “Projeto Educar Mais1” (baseado no Projeto Roma, desenvolvido em Málaga/ Espanha, coordenado pelo professor Miguel Lopez Melero), destaca alguns aspectos que devem ser considerados.

A inclusão é um processo gradativo que deve adaptar-se às condições reais que se apresentam às escolas, apesar de aceitarem crianças com Síndrome de Down, não se encontram preparadas para uma educação de qualidade. É necessário apoio aos professores e capacitação para atender e saber trabalhar com todos os alunos.

A inadequação do currículo dificulta a participação das crianças com Síndrome de Down, seria benéfica uma mudança curricular para todas as crianças.

A inclusão não pode continuar a ser vista como uma utopia, pois é um processo social maior que engloba a educação inclusiva, estando vinculada ao respeito aos direitos humanos, onde todos devem ter seus direitos respeitados.

A maioria das pesquisas realizadas e entrevistas em escolas onde já ocorre a inclusão, defendem que ela é benéfica para todos os alunos, tanto para os alunos com Deficiência Mental, quanto para os demais colegas.

A prática da inclusão social baseia-se em princípios diferentes do convencional: aceitação das diferenças individuais, valorização de cada pessoa, convivência dentro da diversidade humana, aprendizagem por meio de cooperação.

A inclusão significa a modificação da sociedade como pré-requisitos para a pessoa com necessidades especiais buscarem seu desenvolvimento e exercer sua cidadania. Então, é preciso preparar a escola para incluir nela o aluno especial, e não o contrário, sem esquecer de construir rampas de acesso, banheiros adaptados e salas mais espaçosas, onde os deficientes se sentem na primeira fila, legitimando e colocando em prática os textos das leis.

No processo de inclusão, todos têm que desempenhar um papel ativo, professores, equipe diretiva, pais e colegas, conforme reportagem da Revista Nova Escola, AnoXIV (1999), Werneck coloca que partindo da premissa de que quanto mais a criança interage espontaneamente com

situações diferenciadas, mais ela adquire o verdadeiro conhecimento. Desta forma, a segregação prejudica a todos, porque impede que as crianças da escola regular tenham a oportunidade de conhecer a vida humana com todas as suas dimensões e desafios.

Apesar dos grandes avanços e da atuação firme do MEC, no sentido de promover a inclusão, ainda estamos longe de chegar efetivamente a uma escola de qualidade para todos.

A meta é incluir todos os alunos, ou seja, garantir um ensino de qualidade para todos – deficientes, pobres, negros, etc. Este é um grande desafio, um desafio para toda a sociedade, um trabalho essencial à construção de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual as diferenças sejam consideradas e respeitadas.

Educação Especial deve ser entendida como conjunto de recursos que todas as escolas devem organizar e disponibilizar para remover barreiras para a aprendizagem de alunos que necessitam de apoio diferenciado daqueles que a escola regular tem disponíveis (CARVALHO, 2000, p.17).

Para Carvalho, é necessário que haja uma mudança de atitudes frente à deficiência e se encontrem outros mecanismos, que não sejam apenas leis, mas que se respeite o direito a ter direito.

Desta forma, é necessário que um novo olhar seja lançado às pessoas deficientes, com pré-conceitos construídos ao longo dos anos e que perpassam o imaginário social, de que o deficiente é doente e limitado. Desta forma, não há condições de ter um desenvolvimento que lhe proporcione autonomia, sem despertar nos outros sentimentos de piedade.

Nos últimos anos muito se tem ouvido falar sobre inclusão, alguns autores são mais radicais, defendem uma inclusão total, colocando todos os alunos com Necessidades Educacionais Especiais na escola regular,

sem levar em conta o grau e o tipo de incapacidade, como a eliminação dos serviços de apoio do ensino especial. Outros, porém, parecem utilizar o termo como substituição ao de Integração, pois os conceitos parecem os mesmos, consideram que se coloquem os alunos desde que estes se enquadrem aos pré-requisitos da classe.

Porém, estas discussões têm gerado muito pânico no âmbito escolar, principalmente entre os professores. Conforme Carvalho (2000), alguns professores se mostram receptivos e interessados em ter alunos com Deficiência Mental; outros têm medo, alegando sentirem-se despreparados, outros rejeitam completamente, alegando falta de formação especial para trabalhar com estes alunos, já que não conseguem dar conta nem do trabalho com os outros e a escola não está preparada e equipada.

O que acaba sendo desconsiderado nestas discussões é o fato de todas as pessoas serem diferentes e terem ritmos diferentes de aprendizagem, independente de ter uma deficiência ou não.

À pessoa com Síndrome de Down aprende sim, apesar de sua complexidade, mas com o devido acompanhamento elas evoluem, embora não atinjam os mesmos patamares das outras.

O aprendizado das crianças com Síndrome de Down deve começar a partir do nascimento, continuar na infância e na adolescência, sujeito a adaptações curriculares e metodologia própria. Envolve não só educadores preparados para lidar com esta população, mas também os pais, profissionais da área de saúde e a sociedade (SCHWARTZMAN, 2003, p. 261).

Entendo que se a educação é importante como fator de transformação para todos os indivíduos, uma educação de qualidade, que atenda suas Necessidades Educacionais Especiais torna-se fundamental para as pessoas com Síndrome de Down. Conforme Carvalho (2000), o momento é de reflexão sobre a formação dos professores, pois toda a

educação está enfrentando graves desafios, que são reflexos dos problemas estruturais com os quais se tem convivido. Nota-se que a escola não está dando conta de atender nenhum tipo de aluno.

A formação inicial de novos professores precisa ser repensada, seja em nível de 2º Grau, seja em nível Superior, para que possamos encontrar aduções compatíveis com a urgente necessidade de melhorarmos as respostas educativas de nossas escolas para todos (CARVALHO, 2000, p. 163).

Desta forma, é necessário elevar a capacidade crítica de todos os professores de modo que estes percebam que a escola, como instituição social, está inserida em contextos de injustiças e desigualdades que precisam de modificações. É necessário que estejam instrumentados a promover a educação com sentido de formação e nota-se que não apenas como transmissão de conhecimentos.

Os professores têm uma preocupação maior com as características clínicas do aluno, tentando “resolver” a sua deficiência. A educação de qualquer aluno deve objetivar sua formação como pessoa capaz de pensar e agir, capaz de exercitar plenamente sua cidadania. Isso requer do professor habilidades e criatividade para transmitir além de conhecimentos acadêmicos, um saber crítico e uma enorme curiosidade de buscar informações.

Para Carvalho (2000), o sistema educacional escolar precisa mudar para oferecer educação de qualidade a todos, seja em sala de aula ou sob forma de apoio aos alunos, familiares e aos professores, pois estes foram capacitados para trabalhar com a homogeneidade, gerando-lhes resistência e medo frente ao novo. Desta forma, torna-se imprescindível a formação em serviço.

Em nosso sistema educacional encontramos atualmente uma verdadeira integração não planejada ou uma inclusão incipiente. A integração na planejada se refere à presença de crianças com

deficiência na sala comum, sem apoio especializado e sem planejamento. Isso ocorre por causa da escassez e baixa qualidade do atendimento especializado, bem como por carência de serviços de diagnóstico precoce, fazendo com que a escola regular se torne a única alternativa disponível (VOIVODIC, 2004, p. 29).

Mazzotta (1998), coloca que, às vezes são necessárias modificações na organização e no funcionamento da educação escolar, para que os alunos com Necessidades Educacionais Especiais sejam atendidos com qualidade, como ele nos coloca:

Grande parte das necessidades educacionais, mesmo dos alunos portadores de deficiências, poderão ser atendidas apropriadamente sem o concurso de ações e recursos especiais na própria escola comum com os recursos regulares. Todavia, a presença de necessidades educacionais especiais, cujo atendimento esteja além das condições e possibilidades dos professores e dos demais recursos escolares comuns, demandará a provisão de auxílio e serviços educacionais propiciados por professores especialmente preparados para atendê-las (MAZZOTTA, 1998, p. 23).

Concordo com Carvalho (2000), quando esta destaca que devem ser pensadas formas de remover barreiras à aprendizagem, pensando em todos os alunos enquanto seres em processo de crescimento e desenvolvimento e que vivenciam o processo de ensino-aprendizagem diferentemente. Desta forma, a intervenção educativa, como processo interativo, deve propiciar ajustes apropriados às necessidades de cada aluno.

Tais ajustes ou adaptações também se organizam num contínuo que vai desde pequenas modificações na programação das aulas, até mudanças significativas e que se distanciam consideravelmente do projeto curricular estabelecido (estas bem menos frequentes). (CARVALHO, 2000. p.60).

Acredito que o que se deseja com toda esta discussão é o ideal de uma educação de qualidade para todos, em uma sociedade que valorize a diversidade. Porém, como evidencia Voivodic (2004), neste momento, a Educação Especial não pode ser descartada e sim incorporada à educação regular, para que seja propiciada esta tão almejada educação de qualidade para todos. É necessário que se conheça as reais condições que se apresentam, buscando viabilizar formas de promover a inclusão dentro dessas condições.

Concordo com Carvalho (2000), ao colocar que todos têm de ter direito a ter direito, pois acredito que o “direito” está acima do certo ou do errado, melhor ou pior, ele nos torna e nos faz seres humanos com escolha de decidir a nossa vida.

IV CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

4.1 Contextualização do Método

A presente pesquisa foi realizada com a Equipe Diretiva, funcionários, professora regente e alunos da turma em que está matriculada uma menina com Síndrome de Down, caracterizando um Estudo de Caso realizado numa Escola Municipal de Ensino Fundamental da zona rural do município de Caçapava do Sul/RS.

Este estudo teve como objetivo analisar o processo de Inclusão, quando se buscou desenvolver a pesquisa dentro de uma abordagem qualitativa, que segundo Ludke & André (1986), nos proporciona melhores condições para compreensão da dinâmica do cotidiano escolar.

4.2 Contextualização da Escola

A escola em estudo direciona suas atividades nos aspectos filosóficos que estão implícitos em qualquer procedimento pedagógico, onde os professores têm condições de ter clareza em relação à sua conduta, pois sabem quais as origens e razões da maneira de agir durante as atividades em sala de aula. A filosofia da escola é baseada em Paulo Freire.

O que foi constatado na prática pedagógica da referida escola, é que há preocupação em oportunizar ao aluno o questionamento e reflexão, através de textos diversos, mensagens interdisciplinares, isto é, abrangendo todos os componentes curriculares. A escola em estudo está orientada filosoficamente com embasamento na teoria de Paulo Freire que diz: “Frente a uma sociedade dinâmica em transição, não admitimos uma educação que leve o homem a posições quietistas, senão aquela

que o leve à verdade comum, ouvindo, perguntando, investigando” (PAULO FREIRE, 1987,P.65).

Com essa premissa, a escola quer formar um cidadão crítico, capaz de refletir e expressar suas idéias para melhor integrar-se à sociedade, tendo como finalidade o estabelecimento – desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável ao exercício da cidadania, que deve ser a meta da educação conscientizadora, visto que a escola é o espaço onde a ampliação do conhecimento deverá ir desde os limites das possibilidades intelectuais do aluno, com o conhecimento sistematizado mediante a associação com a realidade cotidiana.

Com relação à aprendizagem dos educandos, há uma preocupação maior em relação aos critérios aplicados ao ensino, visto ser percebida como processo no Projeto Político-Pedagógico as necessidades prementes da comunidade à que está inserido e, ainda, um desafio à práxis pedagógica do professor educador, considerando o tema Inclusão como parte integrante na construção da cidadania do aluno; onde ele deve viver cada experiência de maneira que sinta sua essência, para então transformá-la em atitude, formando-se cidadão crítico e consciente.

Cabe salientar que nada consta no Projeto Político-Pedagógico da escola, sobre a Inclusão de Alunos com Necessidade Educacionais Especiais.

4.3 Participantes do Estudo

Participaram deste trabalho, a Equipe Diretiva, funcionários, professora e alunos da turma em que está matriculada uma menina com Síndrome de Down, de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental da zona rural do município de Caçapava do Sul/RS.

Os participantes foram convidados a colaborar na pesquisa, através de conversa informal, que foi realizada com a finalidade de buscar

informações a respeito do relacionamento e ambientação da criança com Síndrome de Down em uma classe regular de ensino.

Inicialmente foi exposto aos participantes, o motivo que levou à realização do trabalho acerca do tema relacionado à Inclusão Escolar do Aluno com Síndrome de Down - procurando-se detectar o foco do problema e levantando questões direcionadas à metodologia empregada pelo professor, deixando-se claro que a identidade das informações prestadas pelos entrevistados será mantida no mais absoluto sigilo.

4.4 Instrumentos Utilizados no Estudo

Foram feitas observações de momentos da escola como: atividades em aula, chegada dos alunos, atividades extraclasse, gerando subsídios suficientes para diagnosticar o que realmente acontece no dia-a-dia da escola pesquisada, onde está matriculada uma aluna com Síndrome de Down. Quanto à estrutura física da escola, fica evidenciado no corpo do trabalho que esta não possui as condições básicas para receber Alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

Apesar de a professora estar engajada e comprometida com o tema Inclusão, está preocupada, pois incluir não se resume ao simples fato de a escola matricular e aceitar essa criança “diferente” em sala de aula, mas também, e acima de tudo, oferecer infra-estrutura adequada, professores especializados para atender às principais exigências destes alunos.

Embora este estudo tenha sido direcionado à menina com Síndrome de Down, convém salientar que os demais alunos sem Síndrome de Down acomodam-se em salas apertadas e numerosas, onde são atendidas por uma única professora que, apesar de todo o esforço e dedicação, não tem condições de proporcionar um atendimento individualizado e especial, quando necessário. Foram realizadas, além das observações, entrevistas semi-estruturadas para obter informações precisas sobre o assunto abordado.

Durante as observações foram feitas anotações sobre o dia-a-dia da escola pesquisada, a fim de constatar-se como está ocorrendo o processo de inclusão da aluna com Síndrome de Down naquela escola de ensino regular.

4.5 Histórico do Caso

Nome: S.J.S.F.

Data de Nascimento: 15/11/1993.

S.J.S.F. nasceu de parto normal, após nove meses de gestação. Desde o nascimento, apresentou problemas de saúde. Após o terceiro mês de vida, praticamente não se alimentava, quando foram detectados problemas gástricos. Desde então, passou a alimentar-se através de uma sonda, problema este que foi corrigido através de uma cirurgia, quando a menina tinha quatorze meses de idade.

Neste período, os avós paternos obtiveram o termo de guarda e responsabilidade da menina, visto que os pais biológicos a abandonaram, demonstrando total rejeição à mesma, bem como os irmãos. Atualmente, mora com a avó paterna, um tio e um primo.

“Cerca de 3 a 7,5% das crianças com Síndrome de Down apresentam atresia duodenal, que pode associar-se, em 65% dos casos, à obstrução jejunal.” (MUSTACCHI & ROZONE, 1990, p. 64).

De acordo com Lefèvre, mais ou menos 40% das crianças com Síndrome de Down apresentam má formação cardíaca ou do aparelho digestivo, e por esta razão precisam de acompanhamento médico especializado.

Segundo a família, a menina é irritada e nervosa, é agitada durante o sono, sabe vestir-se sozinha e identifica as roupas adequadas à temperatura. A avó paterna acrescenta que não existe nenhum diagnóstico que comprove a Síndrome de Down, porque a mãe, revoltada

com o “problema da criança”, destruiu todos os documentos e diagnósticos médicos. Porém, sabe-se que a menina necessita de cuidados na alimentação, sendo que alguns alimentos não podem ser consumidos.

4.5.1 Escolarização / Processo de Inclusão

Quando começou a freqüentar a escola regular, S.J.S.F. mostrou-se uma menina “diferente”, mexia com todos os colegas, pegando seus materiais para tentar destruí-los; costumava manusear seus órgãos sexuais, necessitava de ajuda para ir ao banheiro; fazia garatujas; não identificava as cores; era desorganizada em casa e não sabia se vestir.

Os dados fornecidos pela Escola de Educação Especial que a menina freqüentou no período de 06/2002 a 08/2003 informam, segundo a ficha de anamnese, que o motivo do encaminhamento foi dificuldade de aprendizagem.

S.J.S.F. iniciou a avaliação pedagógica e psicológica na Instituição, porém não concluiu por não comparecer nas datas previamente agendadas.

A equipe observou um significativo atraso no seu desenvolvimento global, sugerindo que ela freqüentasse um grupo na Instituição durante um tempo determinado, paralelamente à escola regular, a fim de concluir o processo avaliativo.

4.5.2 Histórico do Processo de Atendimento

Em entrevista, a professora da Escola de Educação Especial confirmou que S.J.S.F. freqüentou a Escola de Educação Especial e relatou as principais dificuldades observadas, como a linguagem, o convívio familiar, a Deficiência Mental, que era “agravada” pela falta de

estímulo associada ao abandono dos pais, restando-lhe o convívio familiar apenas com adultos.

O atendimento, na escola especial, era individual como forma de apoio, em uma sala de recursos, uma vez na semana, em turno inverso ao horário de aula. Desta forma, a menina continuou a freqüentar a escola regular, em uma turma de 1ª série do Ensino Fundamental, onde convivia com os colegas.

Na escola especial constatou: falta de linguagem expressiva e linguagem ecológica, pouca participação nas atividades e falta de interesse, não apresentando nenhuma evolução significativa durante o período em que lá esteve.

Segundo a professora da escola especial, um dos fatores que dificultam seu crescimento é a história de abandono dos pais e irmãos.

Atualmente, S.J.S.F. freqüenta a mesma escola de ensino regular, onde a professora da turma observa que a menina ainda mantém a linguagem ecológica, continua com garatujas em todas as atividades solicitadas, e não distingue cores, melhorou sua pintura, precisa de acompanhamento no lanche; porém mantém bom relacionamento com os colegas, escreve algumas letras do nome, está menos agressiva e ajuda a avó nas atividades diárias, mostrando uma maior independência.

4.5.3 Expectativa da Família

Durante a entrevista realizada com a avó paterna, ela relata que após o ingresso na escola, sua neta ficou mais calma e entende melhor as coisas, razão por que deseja que ela permaneça na escola, pois acredita que o ambiente escolar lhe faz muito bem. Na escola de ensino comum as pessoas são atenciosas e carinhosas, porém não descarta que a mesma também pudesse contar com o apoio da APAE, pois foi observada uma melhora “naquela época”, sendo interessante que

pudesse freqüentar ambas as escolas, o que ajudaria mais ainda, segundo a avó.

A dificuldade de acesso à escola especial se deve à distância do transporte, tornando-se inviável no momento.

V SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE

5.1 Entrevista com a Professora Regente da Menina

Sabe-se que a inclusão na sala de aula implica numa série de modificações na organização e no funcionamento dos serviços prestados aos alunos; requer que se pense mais na diversidade do que no aluno médio, para os quais a escola esteve sempre direcionada.

Dentro desta realidade encontram-se os professores de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental da zona rural, que hoje tem em seu corpo docente, uma aluna com Síndrome de Down.

A professora regente acredita que é possível tornar a Inclusão uma realidade, mas que existem restrições para que isso se concretize: “É necessário que a escola e a família estejam engajadas, realizando um trabalho em conjunto com a professora da classe, pois o pleno êxito das atividades está diretamente ligado à estimulação por parte dos pais e da família” (PR).

Constatou-se, durante as observações, que a professora se mostra abandonada e desamparada, tendo que se virar com o pouco material disponível, assim como a pouca experiência para trabalhar com alunos com Síndrome de Down, tema em pauta neste trabalho. Ela salientou que procura desenvolver práticas viáveis para tornar essa inclusão possível, primeiramente procurando conhecer o aluno de acordo com o grau de deficiência, identificando suas potencialidade e limitações para traçar metas de um trabalho criativo, levando em conta o potencial e a capacidade da aluna.

Para instigar a aluna a participar das atividades propostas em sala de aula, a professora usa como recursos letras móveis, blocos lógicos, com os quais adora montar e inventar casas, conversa bastante, observa e a induz a comentar sobre gravuras diversas (sempre é solicitada sua participação em todas as atividades propostas, mesmo que seja apenas

para concordar ou discordar; ela não é uma aluna que fica alheia ao que ocorre em sala de aula; muito pelo contrário, a menina participa de tudo o que a rodeia, inclusive como ajudante do dia e em atividades práticas).

A professora já havia trabalhado com um aluno com Necessidades Educacionais Especiais em uma de suas turmas de Ensino Regular, por isso já tinha algum conhecimento e não ficou tão assustada. Constatou diferenças no desenvolvimento do ensino-aprendizagem da aluna com Síndrome de Down, a professora diz: “o educador necessita de instrumentos diferentes, de outros recursos, pois o aluno com necessidades especiais é “diferente”, é necessário um tempo maior em muitos momentos - o atendimento individualizado, embora os colegas atuem como monitores, facilitando o trabalho do professor, colaborando, inclusive, no andamento das aulas”.

A professora respondeu quando perguntada sobre sua reação ao saber que teria uma aluna com Síndrome de Down: “No primeiro momento, fiquei preocupada, não sabia qual seria o impacto, pensei o que vou fazer? Como faria? Por sorte havia iniciado um Curso de Extensão em Educação Inclusiva, que muito me ajudou, pois adquiri conhecimento acerca do problema (Síndrome de Down), como anomalia das células (trissomia do cromossomo 21), a importância da estimulação precoce, a hipotonia - característica marcante do portador da Síndrome de Down”.

Inicialmente a professora conversou com os professores da APAE, que já conheciam a referida aluna e até trabalharam com ela, a fim de se informar sobre outros casos de alunos com Síndrome de Down, que estavam na escola comum e conseguiram se alfabetizar, ficou sabendo que não tinham conhecimento de nenhum aluno com síndrome de Down incluído e quanto a alfabetização poucos alunos encontravam-se alfabetizados:”Fiquei muito preocupada,mas nunca pensei em desistir, fiz

leituras e procurei a família de “S.”, na primeira semana de aula, o que contribuiu bastante para o desenvolvimento do meu trabalho”.

A professora regente relata: “Diante de tais circunstâncias, voltei-me para a relação direta com a realidade diária desta aluna junto aos demais colegas ditos ‘normais’ pela sociedade. Até o segundo bimestre era visível a repulsa e o afastamento dos colegas que, aos poucos foram mudando de comportamento ao ouvirem histórias acerca de pessoas e suas diferenças, do respeito mútuo. Foram momentos de integração, que envolveram atividades em círculos, de mãos dadas, sentar perto uns dos outros. A rejeição pela colega era visível, porém, a partir de um trabalho sobre as diferenças a turma mudou sua visão”.

No decorrer do ano letivo, observou-se que uma minoria dos alunos ainda rejeita a colega, atitude esta que a professora atribui à rejeição e não aceitação por parte dos pais das outras crianças em aceitar a menina na sala de aula, alegam que esta prejudica o andamento das aulas e que seus filhos não estão aprendendo por a professora ter que dar atenção exclusiva para a menina ,conforme a professora: “isso influencia na educação dos filhos, formando adolescentes preconceituosos em relação as pessoas que portam deficiências; alguns pais consideram um absurdo a menina estar numa classe regular, esquecendo que devem preparar seus filhos para conviver em uma sociedade cheia de pessoas diferentes e amanhã pode ser um filho seu,um neto que tenha deficiência , ninguém está livre”.

A professora acredita que a menina deve continuar estudando na escola regular, pois seu comportamento e suas atitudes mudaram muito neste ano, segundo a professora: “Não existe nenhuma diferença no aproveitamento da turma, creio que eles ganham muito com esta colega ‘diferente’. Vejo nela uma maneira de preparar os seus colegas para uma conscientização cidadã”.

A aluna X está na escola há três anos, na mesma série, esta professora iniciou a trabalhar com ela neste ano, contando com o apoio da direção da escola, que procura estimular o trabalho da professora.

A professora mostra-se bastante preocupada e ansiosa por estimular a menina, questionando-se diariamente se sua prática é ou não a mais adequada. Para isso, procura informar-se e deseja que a menina continue na escola, porém gostaria de auxílio especializado.

5.2 Entrevista com a Equipe Diretiva

A diretora da escola não quis participar da entrevista, alegando estar muito ocupada, pois estavam no final do ano e tinham muitas decisões a tomar, porém eu poderia entrevistar a vice-diretora, supervisora e orientadora.

Segundo a vice-diretora: “Como membro da Equipe Diretiva acredito que a inclusão de uma criança com Síndrome de Down em uma turma de ensino regular é bastante preocupante. Os educadores não estão preparados (não têm formação), é difícil trabalhar com um aluno com Necessidades Educativas Especiais em uma sala de aula, a escola não tem como proporcionar atendimento especializado devido à carência de recursos em geral, pois a mantenedora não os fornece, inviabilizando e comprometendo o trabalho dos professores e da equipe diretiva”.

A vice-diretora disse que já foi comunicada à mantenedora (Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SMEC), da necessidade de ter um professor especializado, ou algum subsídio para trabalhar com a menina e também com outros alunos que têm dificuldades de aprendizagem, porém esta alega não ter funcionários especializados em seu quadro de funcionários.

Conforme a LDB 9394/96, em seu artigo 58, parágrafo 1º, sempre que necessário à criança contará com atendimento especializado na escola onde está matriculada, o que é complementado no artigo 59,

ratificando que os currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos deverão estar adequados para o atendimento deste aluno, direitos estes que, na prática, percorrem caminhos opostos.

Conforme relato da Diretora, a escola não adotou nenhuma política, a partir do ingresso da aluna na Instituição, contando apenas com a dedicação da professora da turma e do orientador que a auxilia como pode. Obviamente que a escola prontificou-se a receber a menina e prestar-lhe um atendimento individual buscando integrá-la à turma, embora todos tenham consciência de que não é o mais adequado por ser um novo desafio à comunidade escolar como um todo.

Os membros da equipe diretiva foram unânimes em achar que a menina teria um melhor aproveitamento na escola especial, pois: "Na classe especial ela apresentará um melhor rendimento, pois progrediu pouco na classe regular (escreve poucas letras do seu nome, seu desenho continua sem forma, não sabe contar, nem escrever), na turma especial certamente teria atividades direcionadas e que proporcionem o seu crescimento. Na escola regular o que ocorre é apenas a socialização e mesmo assim não é suficiente".

(Orientadora).

5.3 Entrevista com os Funcionários

Quando questionados sobre a sua opinião em relação à presença de uma aluna com Síndrome de Down em uma turma de Ensino Regular, alguns funcionários da escola em estudo foram radicais em afirmar que seria inviável, que apesar de ser permitido, para eles (funcionários) seria um caso diferente, até porque muitas vezes, não sabem como lidar com essas crianças no refeitório, nos banheiros e no transporte.

A maioria dos funcionários acha que a menina deveria estudar em uma escola especial, pois: "Na escola regular, ela será apenas mais uma", diz uma funcionária.

O motorista acha que a menina está bem adaptada na escola e não causa transtornos no ônibus, pois tem seu lugar fixo bem na frente, sobe e desce sozinha, sem auxílio. Às vezes os colegas é que incomodam a menina pedindo que esta faça caretas para darem risadas.

Na concepção da maioria dos funcionários, essa menina não terá a atenção especial e as oportunidades que merece em função de sua deficiência, na classe regular.

Os funcionários registram que à aluna com Síndrome de Down, às vezes, está muito agressiva, o que dificulta o desenvolvimento dos trabalhos do professor em aula, em virtude de todos os alunos necessitarem de atendimento individualizado, e ela um atendimento diferenciado e especial.

5.4 Entrevista com os Colegas da Menina.

Os colegas de “S.”, entrevistados durante a realização deste trabalho, são crianças de sete a nove anos de idade, que convivem diariamente com a menina, sabem de sua diferença e tem idéias formadas a respeito da menina estudar na mesma sala com eles. A maioria das crianças acha que a menina deve estudar com eles, mesmo não aprendendo, eles consideram ela “legal”. No entanto, notou-se o seu isolamento durante o recreio e na sala de aula. Observou-se desconhecimento e confusão, das crianças, em relação à Síndrome de Down, porque confundem e relacionam com doença. Alguns colegas se mostram insatisfeitos em ter que acompanhar a menina no lanche, perdendo parte do recreio.

Questionados sobre o que acham da colega, disseram ser uma pessoa boa, é doente, tem Síndrome de Down, não escreve, só sabe desenhar, mas que apesar disso, deve estudar na sala com eles.

A colega “D”(7 anos) disse: “A colega “S” é doente, não faz as coisas, é meio ruim, mas quando faz, não fala”.

Carinhosamente o colega “M” (8 anos) disse: “Gosto dela, ela não copia, porque é doente, mas ela é legal”.

Eles a consideram diferente e não tem nada de parecido com eles, comentam suas diferenças :”Ela só gosta de joguinho, precisa aprender a ler, tem que estudar na turma 11 (considerada a turma mais fraca), até que aprenda a ler e não brinca com a gente porque ela é pequena”. (F. 8 anos).

Salientou o colega “J” (7 anos): “A professora disse que é doentinha, ela também tem problema de visão”.

A colega “M”(9 anos) coloca: “É amiga, boa, tem Síndrome de Down - uma doença de nascença; é ruim ter, pois ela não pode fazer o mesmo que a gente faz como lições e brincadeiras”.

Perguntado às crianças se já tiveram algum colega parecido com “S”, eles responderam: “Nada parecido. Não tem outro colega, apenas um que quebra as coisas”.

“Ela tem dificuldades na fala mas é uma boa menina, dá para brincar com ela, pois gosta de jogar comigo”(F. 9 anos).

Os colegas de “S” disseram que não havia na escola uma criança como ela, apenas as que usavam óculos e que ela não era parecida em nada perante eles.

A colega “M” disse que conhecia alguém parecido com “S”: ”Uma criança com asma, ela é doente, teve que cessar também o remédio para piolho”.

Quando se perguntou acerca das diferenças de “S”, os colegas entrevistados as comentam considerando apenas a aparência física e às atitudes da colega durante a realização de tarefas e brincadeiras propostas, o que a torna, segundo eles, uma pessoa “doente”. “Ela é diferente, pois a cor dos olhos não é a mesma cor que os meus – que são verdes; o nariz é pequeno; as orelhas são menores; o rosto dela é menor; os olhos são diferentes, ela não copia a matéria, não faz os trabalhos como o restante da classe; ela tem um probleminha, que o motorista não

tem, ele quase virou o ônibus; o rosto e o cabelo não são parecidos; tudo é diferente, ela não corre igual aos outros, ela corre e aprende bem devagarzinho” (T.8anos).

5.5 Destaques da observação realizada.

A turma tem quatorze alunos, sendo três meninas e onze meninos, de famílias de nível sócio-econômico baixo, que dividem uma sala de aula muito pequena, onde foram feitas observações diretas, detectando-se as principais dificuldades conseqüentes deste pequeno espaço físico.

A entrevista foi feita com 50% dos alunos da turma, inclusive com a menina incluída, com Síndrome de Down, que tem 11 anos de idade e freqüenta a 1ª série há três anos consecutivos, com probabilidade de continuar na mesma série no ano seguinte, sob regência da atual professora.

Quando perguntado à equipe diretiva e à professora, o que farão nos próximos anos, na “seriação” da menina (mudanças de níveis de escolaridade), não souberam o que dizer, sendo que a professora sequer havia pensado nisso e pediram a minha opinião.

A entrevista foi realizada individualmente, evitando-se fazer apontamentos na frente das crianças e, por último, pedi que fizessem um desenho da colega “S”.

Quando foi chamada para conversar, “S” ficou quieta, de cabeça baixa, não respondendo às perguntas.

Na sala de aula, durante a realização das tarefas propostas mostrou-se interessada, procurando desenvolvê-las com auxílio do professor, porém não quis apresentar seu trabalho para os colegas apreciarem, ficando quieta. No recreio, ficou sozinha, em um canto. No lanche demorou mais que os colegas, sendo que um ficou esperando ela termine de lanche e para levá-la para o recreio.

Os alunos da escola vêm de Caçapava do Sul ou de regiões distantes da escola. Chegam às 8h10min e vão direto para a sala de aula, sem café e a partir das 9h30min são chamadas para o lanche. O recreio é às 10h.

No “Dia da Leitura”, a menina mostrou interesse pela história e realizou os trabalhos, inventou um nome para o cachorro, que fez com sucata, mas não o imitou.

A observação foi dificultada pela falta de espaço físico na sala de aula, pois foi adaptada em um galpão de madeira, localizado nos fundos da escola, muito pequeno, onde tive que ficar na porta, pois não consegui ficar lá dentro, as classes estão dispostas uma atrás das outras, com um espaço mínimo entre elas, a professora circula entre as classes com muita dificuldade.

A entrevista com a vice-diretora foi dificultada, porque no momento desta, um aluno, de 11 anos, que estuda na turma “11” (uma turma muito estigmatizada na escola), tentou se matar com uma tesoura, e machucar os colegas apontando a tesoura e gritando muito.

Nota-se que o caso de ter uma menina com Síndrome de Down na escola, é para eles o caso menos preocupante, já que a menina não incomoda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o tempo restrito para a realização da pesquisa, não foi possível tirar conclusões mais concretas, porém as observações realizadas possibilitaram-me conhecer melhor a realidade de uma Escola Regular, visto que trabalho em Escola Especial, com experiência somente com crianças com Deficiência Mental.

Embora alguns aspectos da Síndrome de Down sejam mais conhecidos, e a pessoa trissômica tenha melhores chances de vida e desenvolvimento, uma das maiores barreiras para a inclusão social destes indivíduos continua sendo o preconceito.

O que se percebe é que o perfil da pessoa com Síndrome de Down foge aos padrões estabelecidos pela cultura atual, que valoriza sobretudo os padrões estéticos e a produtividade. Contudo, percebe-se que a sociedade vem, paulatinamente, se conscientizando de como é importante valorizar a diversidade humana, assim como torna-se fundamental oferecer equiparação de oportunidades para que as pessoas com deficiência mental possam usufruir de seus direitos, que lhes asseguram conviver na sua comunidade.

Tem sido cada vez maior o número de escolas do ensino regular e indústrias que se habilitam a receber pessoas com Síndrome de Down, relatando experiências muito bem-sucedidas de inclusão benéficas para todos os envolvidos.

A participação de crianças, adolescentes, jovens e adultos com Síndrome de Down nas atividades do dia-a-dia tem sido encarada cada vez com mais naturalidade, percebendo-se que já existe a preocupação em garantir que os programas voltados à recreação e ao lazer incluam a pessoa com deficiência.

Assim, fica evidenciado no decorrer do trabalho, que há alguns cuidados básicos para que os objetivos da inclusão social de pessoas com Síndrome de Down sejam almeçados como:

- Transmitir informações corretas sobre o que é Síndrome de Down;
- Receber com naturalidade pessoas com Síndrome de Down em locais públicos;
- Estimular suas relações sociais e sua participação em atividades de lazer, como esportes, festas, comemorações e outros encontros sociais;
- Garantir que os responsáveis pela programação voltada ao lazer, à recreação, ao turismo e à cultura levem em consideração a participação de pessoas com Síndrome de Down;
- Garantir que os departamentos de Recursos Humanos das empresas estejam preparados para avaliar adequadamente e contratar pessoas com Síndrome de Down,
- Não tratar a pessoa com Síndrome de Down como se fosse “doente”, mas respeitá-la e escutá-la.

Apesar de todos os entrevistados se dizerem abertos e com estrutura adequada para acolhê-los, verificou-se que a parte física da escola onde estuda a menina “S” não possui rampas, banheiro adequado, material, etc. e nem mesmo professores especializados para atendê-la. A menina conta mais com a boa vontade da comunidade escolar que se esmera para proporcionar-lhe um atendimento que a valorize como aluna incluída.

Os direitos legais estão longe de ser contemplados, devido às precárias condições materiais e os recursos humanos adequados para atender às crianças com necessidades especiais.

Nota-se que a escola encontra-se desamparada, onde a inclusão da menina é o caso menos preocupante, porque nela há casos de alunos com dificuldades de aprendizagem, alto índice de repetência e alguns casos de indisciplina.

Necessita que se faça um trabalho com os demais alunos, explicando as reais características e possibilidades das crianças com Síndrome de Down, para que entendam e recebam estes alunos como pessoas capazes de se desenvolver e com características próprias, compreendendo que todas as pessoas são diferentes e sabendo conviver com estas diferenças, não vendo “S” como doente, pois a doença pode despertar fantasias com aspectos negativos. Ademais, é de fundamental importância o trabalho com as famílias, visto que os alunos trazem muitos conhecimentos e preconceitos construídos ao longo de suas vidas.

Este trabalho foi muito importante para mim, pois estava um pouco descontente com a forma de trabalho da Escola Especial e, com essa nova visão, tanto prática como técnica, tive a oportunidade entender a real situação da Escola comum em relação à inclusão. Através deste estudo, ampliei meus conhecimentos com a certeza de que tudo é possível, que o campo da aplicabilidade deste assunto é viável, basta o conhecimento e o trabalho em parceria com a comunidade escolar.

A partir desse trabalho em Escola Regular, senti que Escola Especial com seu conhecimento de causa, pode e deve ajudar as de ensino comum da rede regular na concretização do tão almejado processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Certamente a troca de experiências entre mim e a comunidade da escola onde realizei este trabalho enriqueceu nosso conhecimento com relação ao tema abordado. A partir deste estudo, a escola conduzirá suas atividades de forma a valorizar de uma forma ainda mais especial a aluna “S”, tendo sempre presente em todas as crianças, a obrigatoriedade de um tratamento diferenciado e igualitário para todos, sempre em busca de

uma educação de qualidade para todas as crianças, que é no fundo o que se almeja.

Como dificuldades visivelmente demonstradas na interação dessa criança na escola, percebe-se que muito há de ser feito para que ela se sinta incluída no ambiente escolar (colegas, professores e funcionário); ambiente físico (sala, recursos, banheiros inadequados).

Conforme o que se verificou como trabalho, a inclusão ainda está longe de se concretizar, como uma educação de qualidade para todos. Faz-se necessário mais pesquisas acerca de práticas sobre a inclusão dos alunos com Síndrome de Down.

Desta forma acredito que as dificuldades colocam barreiras, mas não fecham caminhos.

Particularmente estou buscando a certeza de que apesar das dificuldades evidenciadas, a inclusão é possível e não é só um sonho. Acredito que toda criança é capaz, tem um potencial a ser desenvolvido, desde que respeitada a especificidade de cada uma e dadas as condições necessárias ao seu desenvolvimento.

É necessário que se enfatize que o que se pretende com a inclusão escolar da criança com Síndrome de Down, não é resolver a questão da deficiência e nem normalizar estes sujeitos, pois este é um problema real, clínico e objetivo, mas permitir que tenham os mesmos direitos que as outras pessoas tem, ou seja: “o direito a ter direito de escolher o melhor ou pior para si”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL , Secretaria de Educação Especial. **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental**. Série Atualidades Pedagógicas – 3. Brasília: SEESP, 1997.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

DANIELSKI, Vanderlei. **A síndrome de Down: uma Contribuição à habilitação da criança Down**. 2. ed. São Paulo: Ave Maria, 2001.

DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA. Parecer nº 17/2001, p. 4 e 51 – **Colegiado**: CEB – aprovado em 03/07/2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1987).

LEFÉVRE, Beatriz Helena. **Mongolismo**: orientação para famílias. São Paulo: Almed, 1981.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. – temas básicos de Educação e Ensino. 3. reimpressão. São Paulo: Pedagógica e Universitária Ltda, 1988.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Ser ou estar, eis a questão**: explicando o déficit intelectual. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

MAZZOTTA, M.J.S. **A inclusão e integração ou chaves da vida humana.** In: III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial. Foz do Iguaçu, 04-07/11/1998.

MUNHÓZ, Maria Alcione. **A contribuição da família para as possibilidades de inclusão das crianças com síndrome de Down.** Porto Alegre: UFRGS, 2003. Dissertação (Tese), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

MUSTACCHI, Z & ROZANE, G. **Síndrome de Down: aspectos clínicos e odontológicos.** São Paulo: CID, 1990.

NUNES SOBRINHO, Francisco de Paula – PHD (Org.). **Inclusão educacional: pesquisa e interfaces.** Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2003.

PUESCHEL, Siegfried (Org.) **Síndrome de Down: guia para pais e educadores.** Campinas/SP: Papyrus, 1993.

SCHWARTZMAN, José Salomão et al. **Síndrome de Down** . ed. São Paulo: Memion: Mackenzie, 2003.

VOIVODIC, Maria Antonieta M.A. **Inclusão Escolar de Crianças com Síndrome de Down.** Petrópolis, RJ:Vozes,2004.

WERNECK, Cláudia. **Revista Nova Escola.** Ano XIV, n. 123, jun. 1999,pg.33.

APÊNDICES

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA
INSTITUCIONAL**

ENTREVISTA COM OS COLEGAS

- 1- O que acham da “S” ?
- 2- Você tem outro colega como a “S”, ou já teve ?
- 3- Você conhece alguém como a “S” ?
- 4- No que você acha que ela se parece com você ?
- 5- No que é diferente ?

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA
INSTITUCIONAL

INSTRUMENTO DE PESQUISA PARA A PROFESSORA

Através deste, solicito sua contribuição, atendendo a esta solicitação em responder esta entrevista, cujo instrumento tem como objetivo a obtenção de dados para Monografia sobre “A INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN: Análise do Cotidiano de uma Escola da Zona Rural do Município de Caçapava do Sul/RS”.

Obrigada !

- 1- Como docente, ao receber um aluno com deficiência em uma turma de Ensino comum na rede regular, constata alguma diferença no desenvolvimento do ensino-aprendizagem? Quais? Como lidar com essa realidade?

- 2- No início do ano letivo, quando recebeu uma criança com Síndrome de Down, como passou a ser a realidade dia-a-dia em sala de aula? Houve alguma diferença no comportamento e/ou no aproveitamento da turma?

- 3- Em relação aos colegas da menina, demonstram sociabilidade ou rejeição com a mesma ?

- 4- Qual foi e qual é a ação da Equipe Diretiva em relação a essa menina?

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA
INSTITUCIONAL

INSTRUMENTO DE PESQUISA PARA A EQUIPE DIRETIVA

CARGO FUNCIONAL: _____

GRAU DE INSTRUÇÃO: _____

TEMPO DE FUNÇÃO: _____

TEMPO DE SERVIÇO: _____

TEMPO DE TRABALHO NA ESCOLA: _____

Através deste, solicito sua contribuição, atendendo a esta solicitação em responder esta entrevista, cujo instrumento tem como objetivo a obtenção de dados para Monografia sobre “A INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN: Análise do Cotidiano de uma Escola da Zona Rural do Município de Caçapava do Sul/RS”.

- 1- O que você, como membro ativo da Equipe Diretiva, pensa acerca da inclusão de uma criança com Síndrome de Down em uma turma de Ensino comum na rede regular?
- 2- Na sua opinião, essa criança terá o mesmo aproveitamento daquele oferecido em uma classe especializada? Exemplificar.
- 3- Que políticas a Escola adotou a partir do ingresso da aluna na Instituição?
- 4- Quais os procedimentos de acompanhamento dessa criança na escola como ajuda ao Professor Regente?
- 5- Que dificuldades são visivelmente demonstradas na interação dessa criança no contexto escolar?

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA –UFSM
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA
INSTITUCIONAL

INSTRUMENTO DE PESQUISA PARA OS FUNCIONÁRIOS

CARGO FUNCIONAL: _____

GRAU DE INSTRUÇÃO: _____

TEMPO DE FUNÇÃO: _____

TEMPO DE SERVIÇO: _____

TEMPO DE TRABALHO NA ESCOLA: _____

Através deste, solicito sua contribuição, atendendo a esta solicitação em responder esta entrevista, cujo instrumento tem como objetivo a obtenção de dados para Monografia sobre “A INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN: Análise do Cotidiano de uma Escola da Zona Rural do Município de Caçapava do Sul ?RS”.

- 1- O que você pensa a respeito da presença de uma criança com Síndrome de Down em uma turma de Ensino comum ?
- 2- Essa criança tem o mesmo comportamento que as demais?
- 3- Qual o comportamento dessa criança no recreio e/ou dentro da sala de aula?
- 4- Quais os procedimentos que você, como funcionária, deve adotar quando esta criança está sob seus cuidados?
- 5- Que dificuldades são visivelmente demonstradas na interação dessa criança no contexto escolar?